

A prática antropofágica no discurso do quinhentismo

Luiz Carlos **FERNANDES**
Universidade Estadual de Londrina

Palavras-chave: formação discursiva, enunciação, antropofagia

Resumo: Os sentidos atribuídos ao ritual antropofágico nos séculos seguintes à descoberta do Brasil pelos portugueses resultam do caráter fundador do discurso cronístico do quinhentismo. Tais sentidos aparecem nas imagens contraditórias que se tem dos costumes do índio brasileiro na chamada literatura de viagem, como resultado das condições de produção e do fazer enunciativo dessa modalidade discursiva.

Abstract: The meaning of antropofágical rituals was created by the chronistic discourse during XVIth century. Portuguese colonizers effort to recognize, explain and to secure a sense to every part of the new world explain the peculiar enunciative procedures of their traveler's chronicals. They include many contradictory images to represent the brazilian native uses.

Resumen: Los sentidos que se atribuyen al ritual antropofágico en los siglos siguientes al descubrimiento de Brasil por los portugueses son resultado del carácter fundador del discurso cronístico del quinientos. Tales sentidos aparecen en las imágenes contradictorias que se tienen de las costumbres del indígena brasileño en la llamada literatura de viajes, como resultado de las condiciones de producción y del quehacer enunciativo de esa modalidad del discurso.

1. A Antropofagia no Discurso Cronístico Quinhentista

A fonte originadora do surpreendente e do maravilhoso encontrados pelo europeu no novo mundo são as crônicas dos primeiros viajantes que nele pisaram. O que ressalta, nessa

modalidade discursiva vivida de sentidos conflituosos, é uma busca ansiosa para garantir a posse da terra descoberta. Analisamos, neste trabalho, a antropofagia enquanto objeto textual recorrente em enunciados resultantes do quadro de instabilidades político-culturais e de fronteiras ideológicas mal demarcadas próprio do quinhentismo. Não é, pois, de admirar que a formação discursiva então dominante resulte na convivência de versões bastante disparatadas da existência do índio e de seus valores sociais.

Uma vez que analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições, mostrando o jogo que jogam entre si as contradições inerentes a ele, para compreender os limites da FD de que participam as crônicas de viagem, é indispensável considerar o quadro de referência projetado nela. Comparamos os vários processos lingüísticos de produção de sentido predominantes nas múltiplas versões do acontecimento antropofágico, procurando descobrir "segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos?" (FOUCAULT, 1997, p. 31). Desse modo, constatamos que, até mesmo textos de caráter utilitarista, como são os do quinhentismo, comprovam que a língua constitui mais do que mero veículo de informação: sua instância de subjetividade enunciativa apresenta a peculiaridade de fazer do cronista, ao mesmo tempo, sujeito de seu discurso, bem como enunciador assujeitado por ela (MAINGUENEAU, 1993, p. 33).

2. A Crônica de Viagem como Discurso Fundador

Logo que percebe ser necessário aliar-se ao nativo para sobreviver, o europeu abandona seu costume tradicional de recorrer à força das armas: procura aliar-se ao outro, para tornar viável a possibilidade de um empreendimento de colonização, bem

como o processo de catequização. Daí a necessidade de realizar um fazer cognitivo sobre a terra e os homens que a habitam para, assim, conhecer melhor costumes e bens culturais que lhe permitam realizar a performance de tê-los sob seu poder político e domínio religioso e cultural.

Estabelece-se, porém, nas relações entre índios e brancos, a alternância de momentos de conciliação e enfrentamento. Se, por um lado, é ofertada a salvação da alma, por outro, é inevitável a escravização para o trabalho. Trata-se de situação semelhante ao cenário referido por Althusseur quando fala das contradições sempre presentes na ideologia no poder, que "nunca chega a resolver totalmente suas próprias contradições" (1992, p. 109-13): no quinhentismo, ela se faz representar pelas posições da monarquia e da igreja. Os pontos de atritos entre elas não se limitam, porém, ao inconformismo da cultura branca com o comportamento local de adesão a práticas como a nudez, as guerras constantes e a antropofagia. A análise dos mecanismos discursivos indica que, por trás de um jogo de antagonismos e dominação, articulam-se, de modo sutil, determinadas estratégias do saber e do poder engendradas pela formação ideológica dominante no período.

Entre as condições de produção dos escritos de cronistas e viajantes do século dezesseis era predominante a função de fazer com que o *sem sentido* passasse a significar: constituem, por isso, o discurso de introdução da figura do índio americano na cultura européia. Trata-se aqui, portanto, de uma situação de "*instauração da discursividade*", a qual ocorre quando autores, em nosso caso, os cronistas quinhentistas, não são apenas autores de suas obras, mas "produzem alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos" (ORLANDI, 1993, p. 24). Seus relatos podem, portanto, ser considerados como lugares de memória: situados historicamente no quadro das injunções de um processo discursivo já em andamento, resultam tanto da resposta a interesses e compromissos globais, como do envolvimento pessoal de cada viajante no processo de colonização.

3. A antropofagia: diferentes versões

Observemos, portanto, a peculiaridade de pontos-de-vista do século dezesseis sobre o tema da antropofagia, antes, portanto, de vir a ser incorporado a formações discursivas que se sucederam nos séculos seguintes, onde aparece como objeto discursivo de sentido aparentemente homogêneo e bem delimitado.

Os missionários são os mais enfáticos em condenar a prática de banquetear-se com a carne do inimigo, o que se dá em escritos como os de Azpilcueta Navarro. O jesuíta espanhol inclui “o uso de comer carne humana” (NAVARRO, 1988, p.77) entre as razões de sua recusa em atender ao pedido de batismo dos índios, ainda que se declare consciente de que eles “ainda se resentem dos insultos e escandalos dos Christãos, feitos aqui”. A exemplo de Diogo Jacome, que lastima ver a perdição daquelas “coitadinhas d’almas” e que “nenhuma paixão nelles entra”, Navarro afirma que, para aquela gente, era pequena a esperança de salvação, pois sobre eles “tem o Demonio muito dominio”, além do que “... dizem que (o demônio) algumas vezes lhes aparece visivelmente...” (NAVARRO, 1988, p.97).

A existência de um código de ética que regula a prática antropofágica é geralmente omitida nos escritos dos viajantes. Ainda que de passagem, porém, há referências à existência de limites e preceitos reguladores para o ritual, o que se observa até mesmo em cartas do fervoroso Azpilcueta Navarro. Assim é que, a certa altura de uma delas, faz referência ao guerreiro nativo que, encontrado preso para engorda antes de ser devorado, recusa bravamente a oferta de liberdade: “[...] respondeu que não o vendessem porque cumpria a sua honra passar por tal morte como valente capitão. Elles não se comem uns aos outros sinão por vingança” (NAVARRO, 1988, p.97)

Já nos escritos do jesuíta e teólogo Manuel da Nóbrega, o tema constitui uma das provas argumentativas mais enfáticas do discurso solene e vigoroso com que relata ao rei a morte do Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha:

[...] me ajude Vossa Mercê a louvar a Nosso Senhor em sua providência, que permitiu que fugindo ele (o bispo) dos Gentios e da terra, tendo poucos desejos de morrer em suas mãos, fosse comido deles, e a mim que sempre desejei e pedi a Nosso Senhor [...] me foi negado. (RIBEIRO e MOREIRA NETO, 1993, p.236)

O testemunho de Hans Staden sobre as práticas antropofágicas é, porém, o mais convincente pela crueza de suas observações. Não lhe escapa o registro escabroso de detalhes sobre o modo como os índios batem no prisioneiro: “*de modo que lhe saltam os miolos*”, “*tapam-lhe o ânus com um pau, a fim de que nada dele se escape*” (STÄDEN, 1974, p.176-185). Publicada em 1557 na Europa, sua obra tem valor documental bastante importante, principalmente pela sensibilidade e sabedoria de distinguir o verdadeiro sentido dessas práticas no conjunto das tradições culturais indígenas, o que poucos tinham feito antes de Städen.

A enunciação do canibalismo na obra de Gabriel Soares é bem representativa da condição de desconforto do colono empreendedor que vivia no Brasil. Afinal, sua segurança estava permanentemente ameaçada pela reação furiosa dos nativos que não se deixavam dominar facilmente. Disposto a despertar o interesse da metrópole pela empreitada colonizadora, Soares é reticente nas referências que faz à antropofagia, provavelmente para não atemorizar os conterrâneos: “.. ainda não acabavam de matar um homem, quando o espedaçavam e comiam...”(SOARES, p. 74). Não considera, porém, de todo nocivo o costume indígena, desde que praticado nos moldes do período anterior à chegada dos portugueses, quando os tupinambás ainda “... se comiam, e faziam escravos uns dos outros, no que continuaram até o tempo dos portugueses” (SOARES, p.301).

Gândavo (1980) demonstra maior cuidado e sensatez nas referências que faz ao ritual antropofágico em seu Tratado. Assim, ao aconselhar o enunciatário de sua crônica a “ter muito em conta” a bravura do índio

porque huma das coisas que desbaratou muitos portuguezes foi a pouca estima em que tinham a guerra dos índios, e o pouco caso que fazião delles, e assi morrerão muitos miseravelmente por não se aperceberem como convinha; destes houve muitas mortes desastradas: e isto acontece cada passo nestas partes” (1980) evidencia o desprezo e a prepotência em relação ao nativo como marcas do comportamento do colonizador. Para ele, a prática ritual não podia ser atribuída unicamente à bestialidade do índio, como acreditavam seus conterrâneos: Gândavo explica que comem a carne do inimigo “mais por vingança e por odio do que por se fartarem” (SOARES, p.55).

Já no prólogo da sua *História da Província Santa Cruz*, Gândavo fala da necessidade de preservação da memória dos feitos de seu país, o que inclui entre as funções de cronistas viajantes como ele. Em seu discurso fica claro um humanismo precoce, particularmente no trecho em que destaca o sentido do termo “bárbaro” na cultura antiga: “daqui vinha aos Gregos e Romanos haverem todas as outras nações por barbaras, e na verdade com rezão lhes podião dar este nome...” (GÂNDAVO, 1980, p. 76)

Para um cronista como ele, não é difícil, portanto, compreender os motivos reais da tradição nativa que levam o índio cativo a desejar a morte ritual. Ressalta que, se assim não fosse, “seus parentes o não terião por valente, e que todos correrião com elle...” (GÂNDAVO, 1980, p.55)

4. Complacência e Simpatia

Além desses, porém, podem-se encontrar outros textos quinhentistas que relatam a antropofagia com maior isenção ideológica em relação à formação discursiva dominante no período inicial da colonização. Caso exemplar são os escritos do francês Michel de Montaigne (apud RIBEIRO e MOREIRA NETO, 1993, p. 163) sobre os costumes do homem americano: não vê nada de

selvagem no ritual antropofágico, pois, segundo ele, “cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra”. Considerando os índios “ainda próximos de sua inocência original, faz a ressalva de que quando comem a carne de um inimigo, “não o fazem entretanto para se alimentarem, como o faziam os antigos citas, mas em sinal de vingança”. Denuncia que o que lhe parece mais condenável, de fato, é o procedimento vingativo de certos brancos que enterram os índios vivos e os torturam até a morte. Considera isso ainda “mais bárbaro”, pois “é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos... a pretexto de devoção e fé... e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado...”. Termina, entretanto, seu relato lembrando que os índios “por certo, em relação a nós são realmente selvagens”.

A mesma comparação que Montaigne faz com a antropofagia praticada entre os citas, vamos encontrar no registro erudito que o francês André Thevet confere ao tema em sua obra. Este, entretanto, omite os significados rituais da antropofagia, e é igualmente implacável em sua condenação:

Quando censurei a um destes carrascos a crueldade de sua ação, replicou-me ele pronta e indignadamente, dizendo que nós, sim, é que deveríamos nos envergonhar de perdoar nossos prisioneiros de guerra... Eis o modo de pensar desse povo ignorante. (THEVET, 1978, p.133).

Conclusão

Como vemos, a seqüência de estereótipos forjados pelos interesses do colonizador não permite que apareça em sua formação discursiva um questionamento sobre o que, em verdade, significa ser “bárbaro”: se são os rituais antropofágicos ou a escravização cruel do índio e a espoliação de sua terra. Assim, no fundo, os discursos contra a selvageria dos índios, na verdade,

buscam promover seu assujeitamento, mantendo-o submisso ao poder da cruz e ao jugo político do rei. Embora seu argumento seja o da necessidade de civilizar o gentio para evitar que seja exterminado, o que move tanto o discurso do colonizador, como o do catequizador é a necessidade de governar. Para finalizar, é necessário que se ressalte ainda que, apesar das versões contrastantes da figura do índio, que ora é olhado como belo e inocente, ora, como um pecador que não merece perdão, os gestos interpretativos produzidos nessa rede institucional resultam, em última instância, da memória discursiva do colonizador europeu.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSEUR, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GÂNDAVO, P.M. *Tratado da terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1980.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes; Unicamp, 1993.
- NAVARRO, A et al. *Cartas Avulsas*. Belo Horizonte: Itatiaia; EDUSP, 1988.
- ORLANDI, E. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- RIBEIRO, D.; MOREIRO NETO, C. *A Fundação do Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SOUSA, G.S. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Ed. Nacional; INL, 1987.
- STÄDEN, H. *Dois viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.
- THEVET, A. *As Singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.